

VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA -ALACIP

BOGOTÁ - 2013

A institucionalização do sistema partidário paraguaio e seus paradoxos

Rômulo E. Schembida de Oliveira

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

romuloschembida@hotmail.com

RESUMO:

Com a erupção de novas democracias ao redor do mundo, a chamada “Terceira Onda”, acadêmicos se voltaram ao entendimento das democracias emergentes. Segundo Scott Mainwaring, as antigas teorias sobre partidos e sistemas partidários tradicionais deveriam ser reformuladas para análises mais efetivas desses novos casos. Para tanto, o autor toma o nível de institucionalização dos sistemas partidários como uma variável importante para entender as novas democracias, marcadas pela instabilidade eleitoral, clientelismo e partidos fracos. Neste estudo, com os mesmos critérios desenvolvidos pela literatura sobre o tema, avaliaremos o sistema partidário paraguaio. Nesse país, encontramos um altíssimo nível de institucionalização dos partidos, mas a democracia carece de competitividade. Isso lança algumas dúvidas em relação há real necessidade de institucionalização de um sistema partidário. Pondo em questão os malefícios não previstos de um sistema partidário que se institucionalizou sobre práticas autoritárias. Desse modo, avaliaremos os limites da ideia de institucionalização e proporemos algumas explicações possíveis para o alto nível de institucionalização do sistema partidário paraguaio e baixo nível de competição democrática.

Introdução

Este artigo revisita a ideia de institucionalização de sistemas partidários, valendo-se do caso paraguaio como objeto empírico de análise. Como verificam Randall e Svasand (2002), embora a literatura sobre democratização enfatize a importância dos partidos e da institucionalização para a democracia, o conceito de institucionalização continua inexplorado. Deste modo, uma das tarefas deste trabalho é buscar a raiz do conceito, como e em que contexto ele emergiu. O caso paraguaio será útil para indicar alguns problemas deste modelo, cujo fundamento foi desenvolvido originalmente para pensar mais a ordem e estabilidade do que sociedades em mudança políticas e sociais.

Deste modo, já é possível afirmar que embora o conceito de institucionalização tenha sido fortemente empregado junto a estudos sobre a consolidação de democracias da Terceira Onda, o problema original desse conceito está ligado muito mais a estabilidade, do que a qualquer outra questão. Quando da sua origem, a institucionalização de organizações políticas e sociais foi sugerida como forma de frear o cenário (nem sempre real) anômico de desordem e de instabilidade que se apresentava em regiões em desenvolvimento. Para o pai fundador da noção de institucionalização, Samuel Huntington, o desenvolvimento econômico e a modernização social teriam o preço da desordem e da instabilidade. No entanto, erupções de novas democracias razoavelmente efetivadas em regiões e condições até então improváveis deixaram a preocupação da estabilidade e da ordem na geladeira por alguns anos.

A importância da institucionalização da democracia e dos partidos é retomada quando o objetivo dos acadêmicos empenhados no tema da democratização se torna a consolidação e institucionalização dos regimes democráticos em democracias da “Terceira Onda”. Isso se deve a um fenômeno bastante comum nas novas democracias. O temor de que essas democracias pudessem novamente retroceder para regimes despóticos. Analistas políticos interpretavam esses casos como “democracias inacabadas” ou “frágeis”. Assim, o problema da ordem e da estabilidade é retomado com toda a força com a chamada *consolidologia*. Dentro desta subdisciplina a ideia de institucionalização ocupou um espaço importante.

Muitos foram os autores que difundiram a importância da institucionalização dos sistemas partidários, como um elemento basilar para a verificação da estabilidade democrática. Mas poucos são os autores que lançaram mão dos problemas que a institucionalização pode acarretar para novas democracias. Neste sentido, se o tema

geral deste trabalho é a institucionalização dos partidos e dos sistemas partidários. O seu objeto são as falhas empíricas deste modelo apresentadas no caso paraguaio. Poder-se-á perguntar: por que o Paraguai?

O caso paraguaio indica ao menos um grande dilema ao que a teoria sobre institucionalização tem preconizado. Possui um sistema político altamente institucionalizado, mas com baixa competitividade. As instituições são livres, as eleições são razoavelmente limpas, não há impedimento legal para a ação de movimentos de esquerda ou de direita. Além do mais, pode-se encontrar no Paraguai um raro exemplo de institucionalização de partidos políticos na América Latina. Deste modo, poder-se-ia logo concluir que a democracia paraguaia é mais estável que as demais democracias da região. Por outro lado, o que se tem visto é um país em que há um flagrante domínio dos dois partidos tradicionais, com destaque especial para o Partido Colorado que construiu seu domínio institucional durante a ditadura e o manteve quando chegou à democracia.

Isso lança uma série de questões sobre o modelo de institucionalização quando utilizado para verificar sistemas partidários. É sempre desejável a institucionalização de um sistema político? Caso a resposta seja não, em que casos ela não é? Existe só um caminho para uma institucionalização e esse caminho é necessariamente democrático? O passado das antigas organizações autoritárias pode ser relevante para entender o seu comportamento depois da abertura política?

Este artigo está dividido da seguinte forma. Na primeira parte realizaremos uma reconstrução do conceito de institucionalização, sua origem até o presente debate sobre a institucionalização dos sistemas políticos. Na segunda etapa, apresentaremos como a literatura tem usualmente mensurado os níveis de institucionalização do sistema partidário. Na seção vindoura aplicaremos, partindo das dimensões desenvolvidas pelos autores, as mesmas variáveis na apreciação do sistema partidário paraguaio. O artigo termina com uma conclusão, na qual apontaremos as principais lacunas do modelo, indicando espaços que podem ser preenchidos em pesquisas futuras.

A ideia de institucionalização: uma reconstrução do conceito

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, diversos pesquisadores em política comparada nos Estados Unidos concentraram seus estudos em teorias sobre o desenvolvimento político ao redor do mundo. Havia a crença compartilhada que o

desenvolvimento político e estabelecimento da democracia estariam diretamente associados com o desenvolvimento econômico e modernização social. Pesquisas como as de Lipset (1959) e Almond e Coleman (1960) são estudos exemplares desta agenda. Na contramão das expectativas desenvolvimentistas, Samuel Huntington (1965 e 1968) afirmou que o desenvolvimento levaria à decadência (*political decay*) e não à democracia. A afirmação de Huntington estremeceria o rumo da agenda de política comparada, lançando uma nuvem de ceticismo na ideia corrente de que a democracia pudesse se tornar o sistema político hegemônico em todos os cantos do mundo.

No artigo *Political Development and Political Decay* (1965), que mais tarde resultaria no influente livro *Political Order in Changing Societies* (1968), inversamente ao que a maioria dos cientistas políticos da época acreditava, Huntington postula que o desenvolvimento econômico e social não levaria necessariamente ao desenvolvimento político, mas ao colapso político. Sua principal inovação analítica foi separar o desenvolvimento político do processo de modernização econômica e social. A modernização das chamadas “sociedades em mudança”, segundo o autor, se caracterizaria pela instabilidade política e social. Isso porque o aumento da escolaridade, o maior acesso à informação, conjugados com a ascensão da população urbana tornaria os grupos mais mobilizados politicamente. Tal conjuntura traria consequências desastrosas para as sociedades em mudança. Uma vez que o governo dessas sociedades não poderia corresponder de imediato às demandas da população, a consequência mais provável seria a instabilidade política. Desse modo, uma equação básica deveria ser resolvida: as taxas de participação e mobilização nessas sociedades eram altas, mas as taxas de organização e participação institucionais eram baixas.

Por isso, para Huntington, o mais importante não era promover o desenvolvimento econômico nessas áreas, como vinha sendo fortemente preconizado por diversos acadêmicos e organismos internacionais. O foco deveria passar para a institucionalização das organizações políticas. Nesse aspecto, os partidos assumiriam um papel central para a manutenção da ordem política. O nível de institucionalização de qualquer sistema poderia ser definido por quatro dimensões básicas: adaptabilidade, complexidade, autonomia e coerência. Huntington (1965 e 1968) afirma que a vantagem deste modelo consiste em que - uma vez que estes critérios podem ser identificados e medidos -, sistemas políticos podem ser comparados em termos de seus níveis de institucionalização. Além disso, assim é possível medir o aumento ou queda dos níveis de institucionalização de uma organização e os procedimentos dentro de um sistema

político. Este modelo seria congruente aos novos estandartes de pesquisa em ciência política voltadas para análises quantitativas em política comparada.

Se os estudos anteriores a Huntington estavam inclinados para o problema da promoção e desenvolvimento da mudança política. O autor focou seu olhar para a promoção da ordem e estabilidade. O contexto da guerra-fria e o temor de que o regime comunista se espalhasse ao redor do mundo não pode ser retirado da análise pouco otimista deste acadêmico no que se refere ao estabelecimento da democracia em todo o mundo. Já no seu artigo pioneiro (1965), Huntington mostra-se preocupado com o fato de os regimes comunistas, de partido único, terem maior capacidade de manter a ordem que regimes pluripartidários. O cálculo que o autor teve de fazer foi entre a incerta possibilidade de democracia em países pouco desenvolvidos institucionalmente e a potencial ameaça do comunismo. Dentre as duas escolhas, Huntington propôs a saída da ordem e da estabilidade.

Uma leitura concorrente, mas não menos impactante no campo da ciência política, veio com o artigo seminal de Dankwart Rustow (1970). Para este autor, a mudança política não estaria relacionada nem a fatores econômicos, nem a fatores sociais ou organizacionais. Ela seria o resultado direto dos pactos e acordos entre as elites. A maneira que estes pactos se estabeleceriam, quem eram os atores sociais envolvidos e a quem tais atores representavam eram elementos decisivos para o futuro dessas democracias. As elites formariam as regras do jogo e qual seria a função de cada jogador no tabuleiro político. A explicação de Rustow promoveu nas teorias sobre a democratização uma guinada epistemológica em direção ao individualismo metodológico e para a escolha racional. O modelo deste acadêmico seria mais útil para explicar casos de novas democracias em regiões de baixo desenvolvimento social e econômico. A partir de então, constituiu-se a *transitologia* como subdisciplina na ciência política.

O impacto desta agenda de pesquisa, associadas às novas evidências empíricas, fizeram Huntington no seu *Third Wave* (1991) - apesar de interpretar as transições democráticas como um processo histórico, cíclico, global e sem uma única variável explicativa determinante -, também admitir a importância das elites no processo de democratização. Outra mudança na rota de análise huntingtoniana foi a utilização do método schumpeteriano de democracia, ficando mais próximo da escolha racional do que do comportamentalismo e da abordagem sociológica.

Se por um lado, os primeiros trabalhos de Huntington não deram atenção especial ao problema da democratização e focavam na estabilidade. Por outro lado, os estudos influenciados por Rustow, inicialmente, tinham pouco a dizer sobre a estabilidade e sustentabilidade da democracia em longo prazo. Numa versão mais cética, ou realista, O'Donnell e Schmitter (1988, p. 22) definem as transições como:

As transições se delimitam, de um lado, pelo início do processo de dissolução de um regime autoritário e, de outro, pela investidura de alguma forma de democracia, pelo retorno a algum tipo de regime autoritário ou pela emergência de um regime revolucionário. É característico de uma transição o fato de, durante o tempo de seu transcurso as regras do jogo político não são definidas. Estas regras encontram-se não apenas em permanente mudança como também sujeitas a árdua contestação: os atores lutam não só para satisfazer sus interesses imediatos e/ou os interesses daqueles a quem se propõem a representar, mas, também, pela definição de regras e procedimentos cuja configuração determinará prováveis vencedores e perdedores no futuro. Aliás, essas regras emergentes definirão, em larga escala, os recursos a serem dispendidos e os atores com permissão de entrada na arena política.

Um dos problemas apontados por O'Donnell e Schmitter (1988) era a imprevisibilidade dos governos em transição. Assim como Rustow (1970) predisse não havia uma pré-condição para que o processo de transição iniciasse. Porém, algo não previsto pelo autor foi que uma vez iniciado o processo de transição, não se poderia antever se tal regime resultaria em democracia ou iria retroceder ao autoritarismo.

Neste momento, a transição ou a maneira que ela emergia não era mais o principal foco de debate. A consolidação desses novos regimes passou a ser objeto central dos estudos sobre democratização. Com a *consolidologia* foi possível compatibilizar a mudança de Rustow com a ordem e estabilidade de Huntington. Ainda dentro da tradição schumpeteriana, autores como Huntington (1994), Di Palma (1990), Flisfisch (1989), Valenzuela (1992), Linz e Stepan (1996) definem a consolidação democrática como o estabelecimento de regras e procedimentos que garantam a alternância rotineira do poder entre rivais eleitorais. A democracia consolidada se torna *The only game in the town*, e as crises e insatisfações passam a ser resolvidas dentro da ordem institucional do modelo democrático, em outras palavras:

Através de eleições um conjunto de governantes é destituído do cargo e um outro conjunto assume, produzindo mudanças, se não melhorias, na política governamental. A democracia se consolida à medida que tais respostas internas ao sistema se tornam institucionalizadas (Huntington, 1994, p. 261).

O termo institucionalização é mais antigo que consolidação dentro da tradição de estudos em ciência política. Contudo, quando acadêmicos como Juan Linz (1990) deram atenção central à consolidação, o termo institucionalização foi imediatamente associado como parte do mesmo processo. Em alguns autores não há nenhuma diferenciação entre o que realmente é consolidação e institucionalização. Ora a literatura tratou os dois termos como a mesma coisa, ora como parte do mesmo processo. Primeiramente, isso se deve ao fato de os dois termos remeterem à estabilidade. Em segundo lugar, prevalecia o pressuposto de que uma vez institucionalizada as regras do jogo democrático aumentaria as chances de que estas mesmas regras fossem mantidas através do tempo. Outra vantagem em associar consolidação e institucionalização é que os dois conceitos defendem a existência de um gradiente de menor nível ao maior nível. Isto é favorável para a aplicação de estudos comparativos em grande escala, quando se pretende criar rankings de países com democracias mais consolidadas ou sistemas partidários mais institucionalizados. Neste modelo, as democracias mais antigas, ou situadas no mundo desenvolvido, invariavelmente são consideradas as mais consolidadas e as que possuem os sistemas partidários mais institucionalizados.

Com a estabilização dos processos de democratização ao redor do mundo, tendo uma redução sensível do número de novas democracias após a década de 1990. Além das inúmeras críticas que os modelos da *transitologia* e *consolidologia* receberam no campo da ciência política. Deixou-se gradativamente esta agenda de pesquisa para trás. Contudo, pesquisas sobre a institucionalização de regimes democráticos e de sistemas partidários ainda persistem aparentemente desconectadas da agenda da *consolidologia*.

Nos estudos mais recentes sobre institucionalização, os partidos políticos ocupam um papel central isso se deve aos estudos desenvolvidos por Scott Mainwaring. Pode-se dizer que após Huntington, um dos principais acadêmicos sobre a institucionalização é Mainwaring. O autor retoma em sua obra a relevância institucionalização com foco nos sistemas partidários. Isso por que “we argue that institutionalizing a party system is important to process of democratic consolidation. Whether or not an institutionalized party system exists makes a big difference in the functioning of democratic politics” (Mainwaring e Scully, 1995).

Além da influência de Huntington, pode-se destacar o peso de Sartori e de seu modelo de partidos e de sistemas partidários. No qual, Sartori propõe comparar os sistemas partidários segundo dois eixos principais: o grau de partidos e o nível de polarização ideológica. Para Mainwaring este modelo foi útil para analisar os sistemas

partidários democráticos mais antigos. Mas para analisar os casos de democracias da terceira onda, lança mão de uma dimensão adicional: o grau de institucionalização.

Um sistema pouco institucionalizado se caracteriza pela grande instabilidade dos padrões de competição interpartidária, pelo frágil enraizamento dos partidos na sociedade, pelo grau relativamente baixo de legitimidade e pela fraqueza das organizações partidárias. Sistemas de baixa institucionalização funcionam de maneira muito diferente dos sistemas altamente institucionalizados, e isso tem importantes implicações para a democracia. (Mainwaring, 2001, p. 32)

Dentre as implicações que sistemas partidários pouco institucionalizados ofereceriam para as novas democracias estariam: a imprevisibilidade das competições políticas, a baixa legitimidade dos partidos perante a sociedade, níveis mais significativos de clientelismo político, além de sistemas favoráveis a ascensão de líderes oportunistas antissistema.

As quatro variáveis centrais para verificar o nível de institucionalização dos sistemas partidários são: 1) estabilidade nos padrões de competição; 2) partidos com raízes fortes na sociedade; 3) os atores políticos conferem legitimidade aos partidos, considerando-os uma parte necessária da política democrática, mesmo quando criticam determinados partidos e manifestam ceticismo em relação aos partidos em geral; 4) as organizações partidárias não estão subordinadas aos interesses de uns poucos líderes ambiciosos. Sobre as dimensões da institucionalização trataremos na seção seguinte.

Como medir a institucionalização dos sistemas partidários?

Um sistema partidário institucionalizado é aquele em que os atores desenvolvem expectativas e comportamentos baseados na premissa de que os contornos e as regras fundamentais da competição e do comportamento partidários prevalecerão no futuro previsível. Num sistema partidário institucionalizado, os principais partidos e seu comportamento serão estáveis (Mainwaring e Scully, 1995; Mainwaring, 1999; Mainwaring, 2001; Mainwaring e Torcal, 2005; Webb e White, 2008; Ezrow, 2011). Para estes autores um sistema político institucionalizado possui quatro características essenciais:

1) estabilidade nos padrões de competição; 2) raízes fortes na sociedade; 3) os atores políticos conferem legitimidade aos partidos, considerando-os uma parte necessária da política democrática, mesmo quando criticam determinados partidos e manifestam ceticismo em relação aos partidos em geral; 4) as organizações partidárias não estão

subordinadas aos interesses de uns poucos líderes ambiciosos; elas adquirem um *status* e um valor independente próprio.

A institucionalização partidária é limitada quando um partido é instrumento pessoal de um líder ou de um pequeno grupo. Quando os partidos eleitoralmente bem sucedidos são veículos personalistas, o nível de institucionalização do sistema é baixo nessa quarta dimensão (Mainwaring e Scully, 1995). Mainwaring (1999) enfatiza que com o advento das democracias emergentes nas América Latina e no leste europeu seria necessário novos paradigmas teóricos para realização de análises mais precisas no que se refere ao sistema partidário e aos tipos de partidos e comportamento dos atores envolvidos nessas novas democracias.

Para o autor, teorias espaciais de partidos surgidas nas décadas 1950 e 1960, as quais afirmavam que os partidos diminuem os custos dos eleitores quando da tomada de decisão não explicam os casos das novas democracias. Aquele cenário permitiria o surgimento, a partir das linhas ideológicas e dos programas, apoiadores mais envolvidos com a instituição. Fato que tornaria a democracia mais estável e diminuiria os riscos da chegada de aventureiros que pusessem em risco as regras do jogo. Se por um lado, Mainwaring com propriedade identificou a fraca tradição de partidos pautados sobre a bandeira ideológica, como eram os partidos do passado. Por outro lado, busca na institucionalização, que tem origem na estabilidade, pensar democracias em construção, as quais estão passando por mudanças em todos os níveis da sociedade, não apenas na política. Deste modo, a institucionalização de sistemas partidários em democracias em mudança pode significar não indício de avanço, mas de estagnação de sistemas em movimento.

Por esta razão, neste artigo nós trabalhamos com duas hipóteses:

H1: O sistema partidário paraguaio assume diversas características de sistemas partidários institucionalizados¹. No entanto, apesar de haver a institucionalização dos partidos a democracia do país possui baixa competitividade política.

H2: Isso pode estar no fato de o país ter institucionalizado o seu sistema de partidos sobre bases autoritárias. Ao o país se democratizar, as organizações mais

¹ Das quatro dimensões para mensurar o nível de institucionalização dos partidos políticos, apenas na quarta dimensão o sistema partidário paraguaio fica próximo dos casos verificados de baixo nível de institucionalização. Uma das premissas da literatura corrente é que existe uma relação entre o frágil enraizamento social com vínculos entre eleitores e candidatos constituírem sistemas mais personalistas. No caso paraguaio ocorre exatamente o contrário, na medida em que a ligação entre eleitor e partido foi constituída sobre bases clientelistas.

estabelecidas (que eram os partidos mais tradicionais) continuaram a exercer o controle sobre a arena eleitoral.

Confirmando-se as duas hipóteses, emerge um problema a ser debatido. Em um sistema partidário institucionalizado no qual os principais partidos políticos nasceram num ambiente de práticas autoritárias e clientelistas, de fato, há estabilidade e previsibilidade nos padrões de competição. Todavia, surge pouca margem para a emergência de novos partidos políticos que rompam com a velha estrutura de poder de um sistema que se institucionalizou num período de ditadura.

Desse modo, um sistema partidário institucionalizado em novas democracias pode significar uma barreira para a qualificação das disputas políticas, dificultando a efetivação de um critério elementar para o jogo democrático: a competitividade e alternância eleitoral. Ademais, o estudo apresenta os paradoxos deste modelo. A institucionalização de um sistema de partido pode significar de fato a predição de resultados por parte dos eleitores e analistas, no entanto pode também ser uma importante barreira para a chegada de novos atores que possam tornar o sistema mais competitivo.

A política paraguaia: sistemas partidários institucionalizados e democracia de baixa qualidade

A escolha do caso paraguaio se sustenta primeiramente porque o país é o menos estudado no Cone Sul, embora tenha dois dos partidos mais antigos do mundo. O caso paraguaio se torna diferenciado no contexto dos países da América Latina na medida em que possui dois dos partidos mais antigos do mundo (ambos criados em 1887), o Partido Colorado e o Partido Liberal. Em segundo lugar, o Paraguai se notabilizou pela hegemonia histórica destes dois maiores partidos². O domínio, sobretudo do Partido Colorado, não se limita às esferas administrativas do Estado. As políticas clientelistas e patrimonialistas desenvolvidas ao longo de mais de 35 anos de ditadura militar de Alfredo Stroessner significou a internalização da sociedade de tais práticas e a aproximação da população para dentro do partido como forma de receber as benesses do centro de poder (Rodríguez, 1991). O Paraguai foi uma das raras ditaduras em que o partido em que se manteve no poder esteve à frente do país antes, durante e depois do

² Após 1979 passou a chamar-se Partido Liberal Radical Autêntico

regime despótico. Nesse interstício, não surgiu um grupo capaz de fazer frente ao grupo dominante, como em outros países da região como Uruguai, Argentina e Brasil.

Outro ponto importante é o fato de que a maior parte da literatura em ciência política dedicada ao Paraguai, desde sua abertura política, enfatiza a existência de uma democracia sem alternância (Soler, 2009; Rodríguez, 2009, Rolon, 2010). Ou seja, os mesmos atores que estavam à testa do Estado durante a ditadura se mantiveram no poder após a abertura. Nesse sentido, a institucionalização do sistema partidário pode, de fato, representar um entrave para uma democracia mais efetiva e competitiva, ao contrário do que afirma seus defensores.

Em termos metodológicos a pesquisa aplica apenas as três primeiras dimensões da institucionalização de sistemas partidários para analisar o caso paraguaio. Uma vez que a quarta dimensão é frequentemente considerada a mais difícil de ser avaliada dentro de fundamentos empíricos (MAINWARING e TORCAL, 2005).

- 1) estabilidade nos padrões de competição;
- 2) raízes fortes na sociedade;
- 3) os atores políticos conferem legitimidade aos partidos, considerando-os uma parte necessária da política democrática.

A primeira dimensão da institucionalização, a regularidade dos padrões da competição partidária, é a mais fácil de medir sistematicamente, comparando especificamente a volatilidade eleitoral (Mainwaring e Scully, 1995; Mainwaring, 1999; Mainwaring e Torcal, 2005). A volatilidade refere-se à transferência agregada de votos de um partido para os outros de uma eleição para a próxima. Ela é computada pela diferença líquida em porcentagem de votos ganhos ou perdidos por cada partido de uma eleição para outra depois dividindo por dois. Por exemplo:

Eleição A (Ea) – Partido X obteve 50% de votos.

Eleição B (Eb) – Partido X obteve 30% de votos.

$$\text{Volatilidade} = \frac{(Ea) - (Eb)}{2} \text{ Volatilidade} = 10\%$$

2

Utilizaremos o modelo levando-se em conta as eleições presidenciais e da câmara baixa de 1993, 1998, 2003 e 2008³. O índice de volatilidade eleitoral é usualmente entendido como variável com alto poder explicativo para a estabilidade em

³ São eleições que já dispõem de dados publicados pelo TSE paraguaio. Disponível em: <http://tsje.gov.py/>

eleições. Um sistema com baixa volatilidade indica maior estabilidade e capacidade preditiva dos eleitores e dos atores.

A segunda dimensão da institucionalização do sistema partidário é a ancoragem dos partidos na sociedade. Tal ancoragem supõe que os vínculos entre partidos e eleitores são programáticos ou ideológicos. Na medida em que a literatura dedicada aos partidos políticos no Paraguai não contempla flagrantes diferenças ideológicas. Como solução, levar-se-á pesquisas sobre a preferência partidária do eleitor, além do disso buscaremos dados sobre a filiação partidária no país. Acreditamos que o número de eleitores oficialmente ligados a organizações políticas pode indicar com ainda mais clareza a penetração dos partidos na sociedade. Fugindo da condição amorfa, e fruto de discussão entre acadêmicos, do termo ideologia.

O terceiro nível da institucionalização, o voto personalista, será medido buscando os dados sobre os candidatos *outsiders* à presidência. Candidatos eleitoralmente competitivos, sejam independentes ou de partidos novos, refletem um alto grau de personalismo e a abertura dos eleitores para candidaturas externas aos partidos estabelecidos. Como candidatos *outsiders* são entendidos candidatos independentes (sem filiação partidária) ou que pertençam a um partido que obteve menos de 5% na câmara baixa na eleição anterior e não apresentaram candidatura à presidência em qualquer eleição anterior.

2.1 A regularidade dos padrões da competição partidária

O índice de volatilidade eleitoral mede o grau de mudança eleitoral entre duas eleições consecutivas. O cálculo do indicador de volatilidade eleitoral é realizado de forma simples. Num primeiro momento, computa-se a diferença entre o percentual de votos obtidos por cada um dos partidos entre duas eleições consecutivas. Depois, somam-se os valores e divide-se por dois. Dessa forma, a volatilidade eleitoral apresenta o nível de adesão dos eleitores em relação ao sistema partidário. Quanto menor for este nível, maior será a indicação da fidelidade dos eleitores aos partidos.

Neste estudo consideramos apenas as eleições de 1993 até 2008, na medida em que a primeira eleição, de 1989, não foi considerada completamente livre e limpa. Na ocasião, o partido situacionista Aliança Nacional Republicana ou Partido Colorado, ocupou mais de 70% das cadeiras da câmara e do senado. A saída do ditador Alfredo Stroessner estava, portanto, longe de marcar o fim da hegemonia colorada. Nas eleições

seguintes, o partido continuou obtendo resultados expressivos, dividindo espaço com o outro partido tradicional, o Partido Liberal Radical Autêntico. A concentração de votos nos partidos tradicionais possibilitou pouco acesso para novos partidos. Como podemos perceber na tabela 1, os partidos no Paraguai possuem baixa volatilidade, dentro dos critérios utilizados.

Tabela 1 - Volatilidade nas eleições para Câmara Baixa no Paraguai 1993-2008⁴

Partido	Eleições 1993-1998	Eleições 1998-2003	Eleições 2003-2008
ANR	5,4%	9,25%	1,75%
PLRA	3,8%	8,5%	1,5%
UNACE	-	7,3%	2%
Encuentro Nacional	8,5% ⁵	-	-

Fonte: Observatório do poder legislativo na América Latina

A volatilidade apresentada pelos partidos individualmente é comparável a de países em de democracias maduras. Os dois maiores partidos apresentam índices de volatilidade muito próximos em todos os períodos destacados. Nota-se a pequena presença de novos partidos ameaçando o espaço dos estabelecidos. Isso explica a baixa volatilidade média, colocando pouco espaço para grupos que pudessem ameaçar o dos partidos mais antigos. Mainwaring e Torcal (2005) consideram que o surgimento de movimentos sem tradição, concentrando muitos votos em períodos isolados, como indícios de “voto personalista”. Por este critério, a política paraguaia seria pouco personalista, uma vez que é um sistema partidário que permite pouco espaço de representação para novos grupos.

⁴ Consideraremos apenas os partidos que obtiveram mais de cinco cadeiras na câmara baixa por pelo menos uma eleição. Escolhemos este critério, porque os partidos que obtiveram pelo menos uma cadeira em eleições isoladas, se entrassem no cálculo, atingiriam níveis insignificantes de volatilidade.

Dados das eleições legislativas disponíveis em:

[http://americo.usal.es/oir/legislatura/paraguay.htm#Listado_de_diputados_\(1998-2003\)](http://americo.usal.es/oir/legislatura/paraguay.htm#Listado_de_diputados_(1998-2003))

⁵ Este cálculo não leva em consideração os votos do partido nas eleições de 1998, uma vez que eles foram apresentados como agregados aos votos do PRLA-EN. Desse modo, não há como saber precisamente quantos votos foram ganhos para a sigla. Levando-se em conta que em 1998 o partido ocupou sete cadeiras na câmara dos deputados, podemos afirmar que a volatilidade do período (1993-1998) é ainda inferior à apresentada.

Num caso mais extremo, comparando-se a volatilidade do sistema partidário paraguaio com outras democracias o país se posicionaria entre aqueles com menores índices de volatilidade eleitoral do mundo. No período (2003-2008), o Paraguai, em comparação com os 39 países analisados por Mainwaring e Torcal (2005), teria a menor volatilidade média do mundo. Ficando à frente de países como EUA, Áustria, Alemanha e Dinamarca⁶.

Tabela 1
Volatilidade eleitoral, IDH, PIB per capita e escores da Freedom House, 39 países

País	Volatilidade eleitoral média, câmara baixa	Eleições incluídas para volatilidade	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2001	PIB per capita (US\$ com Paridade do Poder de Compra) 2001	Escores da Freedom House combinados 2001-2002
Estados Unidos	3,2	1978–2002	0,937	34.320	2,L
Austrália	6,4	1980–2001	0,939	25.370	2,L
Grécia	6,9	1981–2000	0,892	17.440	4,L
Reino Unido	8,2	1979–2001	0,930	24.160	3,L
Alemanha	8,7	1980–2002	0,921	25.350	---
Suíça	9,4	1979–2003	0,932	28.100	2,L
Bélgica	11,5	1978–2003	0,937	25.520	3,L
Dinamarca	12,2	1979–2001	0,930	29.000	2,L
Suécia	13,5	1979–2002	0,941	24.180	2,L
Noruega	14,1	1981–2001	0,944	29.620	2,L
Portugal	14,1	1979–2002	0,896	18.150	2,L
Espanha	16,5	1979–2000	0,918	20.150	3,L
Holanda	16,6	1981–2003	0,938	27.190	2,L
Chile	16,7	1989–2001	0,831	9.190	4,L
França	17,5	1978–2002	0,925	23.990	3,L
Japão	18,6	1979–2000	0,932	25.130	3,L

Fonte: Mainwaring e Torcal (2005)

2.2 - Ancoragem dos Partidos na sociedade

A segunda dimensão da institucionalização do sistema partidário é a ancoragem dos partidos na sociedade. Tal ancoragem supõe que os vínculos entre partidos e eleitores são programáticos ou ideológicos. Um problema em utilizar este critério para analisar o caso paraguaio é que seus dois partidos principais ANR e PLRA não possuem ideologias definidas, não ao menos no modelo tradicional esquerda-direita.

A principal diferença entre os dois partidos, seria que os colorados possuem tradicionalmente um discurso fortemente nacionalista, com forte apoio nos departamentos agrícolas do país (Rolon, 2010). No caso liberal, o discurso é de

⁶ Neste estudo, a volatilidade eleitoral é associada ao nível de desenvolvimento econômico e social dos países. Dentro os 39 casos apresentados, os autores encontraram forte correlação entre desenvolvimento e volatilidade. O caso paraguaio dentro dessa perspectiva não poderia ser explicado, uma vez que possui um dos piores índices de desenvolvimento da América do Sul.

desenvolvimento na área da economia, obtendo maior base de apoio dentre a classe média urbana. De todo o modo, para verificar a penetração dos partidos na sociedade de maneira mais fidedigna para o caso analisado, levaremos em conta um critério que torna o caso paraguaio, talvez, único no mundo, o altíssimo índice de afiliação partidária. A tabela 2 ilustra com clareza o fortíssimo peso que os partidos ocupam dentro da sociedade paraguaia.

Tabela 2 É membro de algum partido ou movimento político?

Afiliação	Quantidade de entrevistados	Total
Sim	2094	70,7%
Não	844	28,5%
Não respondeu	25	0,8%
Total	2996	100%

Fonte: PNUD (2009).

Sete em cada dez paraguaios, conforme os dados apresentados estão formalmente ligados a um partido. Em termos hipotéticos, isto poderia significar um belo exemplo de envolvimento popular com a democracia e com suas organizações. No entanto, analistas voltados à política paraguaia, salientam os perigos desses números. Quando da ditadura militar de Alfredo Stroessner (1954-1989), o Partido Colorado passou a ocupar todos os poros da sociedade, de tal modo que para obter qualquer benefício do Estado os agentes tivessem de estar ligados de algum modo ao partido.

O partido não desmobilizou a cidadania, como em outras ditaduras na América Latina, mas a restringiu às paredes da instituição.

Quien no era colorado todavía no tenía derechos, quien lo fuera ya había contraído obligaciones - entre ellas la de asistir a los actos públicos organizados por el partido. El partido-Estado propendía, a través de esta exigencia, a ser un partido-Iglesia para el cual eran obligatorios el asentimiento, la filiación y la participación (RODRÍGUEZ, 1991).

O partido era um aparelho burocrático utilizado pelo regime ditatorial para estender os tentáculos do Estado, aumentando, por outro lado, a relação de dependência da população com o partido. Não é por outra razão, como apresenta Rodríguez, que se ouvia pelas *calles* do país que “*la mejor manera de ser paraguayo era ser colorado*”⁷.

Por outro lado, o Partido Liberal também se beneficiou dessa conjuntura. Uma vez que era o único partido oposicionista em funcionamento durante a ditadura (mesmo que com todas as restrições feitas pelo regime), concentrou todos os descontentes dentro das portas do partido, obtendo com isso um alto número de afiliados.

⁷ Para saber mais sobre a relação partido-sociedade ver José Carlos Rodríguez (1991).

2.3 O voto Personalista

O terceiro nível da institucionalização, o voto personalista, será medido de acordo o modelo. Buscando os dados sobre os candidatos *outsiders* à presidência. Candidatos eleitoralmente competitivos, sejam independentes ou de partidos novos, refletem, de acordo com Mainwaring e Torcal (2005), um alto grau de personalismo e a abertura dos eleitores para candidaturas externas aos partidos estabelecidos. Como candidatos *outsiders* são entendidos candidatos independentes (sem filiação partidária) ou que pertençam a um partido que obteve menos de 5% na câmara baixa na eleição anterior e não apresentaram candidatura à presidência em qualquer eleição anterior. Assim como foi apresentado na seção 2.1, o sistema partidário paraguaio permite pouco espaço para aventureiros ou *outsiders*. Na tabela 3, apresentamos a evolução das eleições presidenciais no país, de 1993 a 2008.

Tabela 3 – Evolução da votação presidencial em %

Partido	Eleição 1993	Eleição 1998	Eleição 2003	Eleição 2008
ANR	39,9	53,8	37,1	30,7
PLRA	32,1	42,6	24	-
MPQ	-	-	21,3	2,37
UNACE	-	-	13,5	22
Enc. Nacional	23,1	-	0,57	-
APC	-	-	-	40,8
Outro	0,7	0,74	1,1	2,5

Fonte: Tribunal Superior de justiça eleitoral paraguaio e Elecciones py global⁸

Nas quatro eleições analisadas os pequenos partidos paraguaios ocuparam um local discreto nas disputas presidenciais. O Partido Colorado obteve vitória em três das quatro disputas, tendo seu pior resultado em 2008, quando pela primeira vez em 61 anos de poder (somando o período democrático e autoritário), deixou a presidência. O Encuentro Nacional, que iniciou com força na eleição de 1993, obtendo mais de 23% nas eleições presidenciais e nove cadeiras na câmara dos deputados, na ocasião. Foi

⁸ Disponível em: <http://elecciones.pyglobal.com/elecciones98.php>

Acesso: 02/-3/2013

perdendo fôlego nas eleições seguintes, na de 1998 e 2008 não lançou candidato para presidente, associando-se aos liberais e à Aliança Patriótica para a Mudança (APC), respectivamente.

A partir das eleições de 2003 surge o partido Movimento Pátria Querida (MPQ), que se posiciona como partido de centro-direita defendendo valores cristãos. A boa votação de Pedro Fadul pelo partido na ocasião e seu fraco desempenho nos anos seguintes pode caracterizar um traço personalista, levando-se em conta dos critérios de Mainwaring e Torcal (2005). Além da União Nacional dos Cidadãos Éticos (UNACE), que emerge no mesmo período, liderada pelo ex-general Lino Olviedo, dissidente de uma ala nacionalista do Partido Colorado. O fato de a UNACE ter mantido na eleição seguinte números expressivos tanto para presidente como na câmara, não podemos enquadrá-la como um partido forasteiro.

A única eleição em que os colorados foram derrotados, em 2008, pela *Aliança Patriótica para el Cámbio* (APC), liderada pela figura do ex-bispo católico Fernando Lugo, do nanico Partido Tekojoja, poder-se-ia considerar um caso típico de *outsider* que se beneficiou de seu carisma pessoal para ascender ao cargo de presidente. No entanto, ainda que oriundo de um partido pequeno, Lugo se ligou a partidos mais tradicionais, como o PLRA e o Encuentro Nacional, que não lançaram candidatos para presidente. O fato de os liberais terem obtido na mesma eleição 27 deputados, pode significar que o partido também teve um peso considerável nessa votação expressiva. Desse modo, a ligação de um novo ator com um partido tradicional não é prevista pelo modelo de Mainwaring e Torcal (2005). No entanto, podemos considerar que a figura carismática do ex-bispo não pode ser resumida como a única razão de sua vitória. A pergunta que deve ser feita é: Lugo teria atingido o mesmo resultado não fosse sua associação aos partidos mais tradicionais?

3.0 – Os dilemas da institucionalização dos partidos: em busca de melhores explicações teóricas

Utilizando as três primeiras dimensões de institucionalização dos sistemas partidários o sistema paraguaio é altamente institucionalizado. No entanto, a democracia do país não apresenta níveis de competitividade satisfatórios. Os países utilizados como referência pela literatura sobre institucionalização fazem parte de democracias estáveis há mais de quatro décadas. Criou-se, desse modo, um modelo no qual se procurou

responder ao que existe de notavelmente diferente entre as estáveis democracias do velho mundo com as emergentes democracias dos países em desenvolvimento, especialmente na América Latina e leste europeu.

A explicação que partiu dos partidos afirmou que nas novas democracias os partidos não ocupavam a mesma importância que nas democracias mais maduras (Mainwaring e Scully, 1995; Mainwaring, 1999; Mainwaring, 2001; Mainwaring e Torcal, 2005). Isto poderia ser uma das respostas para o voto personalista, o surgimento de líderes aventureiros antissistema, baixa estima da sociedade pelos partidos e uma correspondente baixa crença em valores democráticos.

Analisando o caso paraguaio, podemos inferir que há um sistema partidário institucionalizado, mas a pergunta que se coloca é por que neste sistema não há uma democracia com organizações mais competitivas? Ou ainda: sistemas partidários institucionalizados são sempre benéficos para a democracia? É possível um sistema partidário ser institucionalizado e não ser plenamente democrático?

O cerne da ideia de institucionalização é a estabilidade. Quando Huntington defendeu que a ordem e estabilidade deveriam ser a prioridade em vez da mudança o autor não negou que a institucionalização de uma organização não é necessariamente democrática. No entanto, quando a institucionalização voltou a ser um tema importante em estudos sobre partidos em democracias da “terceira onda” não se discutiu mais a origem dos partidos, o envolvimento desses partidos com os regimes autoritários, ou se realmente a alta volatilidade eleitoral de países como o Brasil significaria uma ameaça para essas democracias. O caso do Brasil e Venezuela pode ser emblemático quando se analisa estudos da década de 1990 que avaliavam o sistema partidário brasileiro como caótico e pouco confiável e, no outro extremo, o sistema venezuelano como um modelo de estabilidade e institucionalização. Passado duas décadas, o que se vê na realidade é que a democracia brasileira é mais competitiva e estável do que a Venezuela, a qual durante anos foi reconhecida pelo seu elevado índice de institucionalização do seu sistema partidário.

Além dos problemas da ideia de institucionalização dos sistemas partidários já indicados, outras questões emergem com força. O estudo realizado por Randall e Svasand (2002) salienta que os autores de ciência política em sua maioria não diferenciam, dentre os quais Mainwaring, partidos institucionalizados de sistemas partidários institucionalizados. Um partido pode ser altamente institucionalizado em um país, tendo forte penetração na sociedade, ocupando um espaço privilegiado nas esferas

de poder e ainda assim o sistema como um todo não ser institucionalizado. Além disso, existem critérios problemáticos para avaliar-se o grau de institucionalização de um partido. Como o quarto nível de institucionalização, que mede a independência dos partidos perante os grupos sociais. Randall e Svasand lançam mão do caso do Partido dos Trabalhadores britânico, para exemplificar um caso em que o partido é notavelmente institucionalizado e ainda assim fortemente influenciado por setores do empresariado.

Quando se fala em “partidos agindo independente” da influência externa, inevitavelmente temos de voltar aos partidos de massa que fizeram parte de um momento específico da história da democracia. Partidos apoiados por um grupo específico de classe e que recebiam todos os recursos de campanha dos próprios militantes. Em tempos em que os custos da política para os partidos se tornaram muito mais elevados e que as disputas em jogo se tornaram mais complexas, esperar que um partido seja “uma ilha de coerência” é quase esperar o fracasso dessas organizações num cenário marcado pela competição.

Outro problema crucial é a literatura sobre institucionalização tratar sistemas partidários institucionalizados como quase exclusividade dos países de maior tradição democrática. O fato de o partido ser institucionalizado não significa que ele seja democrático e que conseqüentemente isso ajudará no processo de democratização. Há casos em que um sistema não institucionalizado pode permitir chegar novos atores e alterar um quadro de domínio de um grupo que mantenha características não democráticas (Randall, 2006). O caso paraguaio é um exemplo disso, mas está longe de ser o único no mundo.

Randall destaca ainda a importância da trajetória dos países, o contexto histórico e social pode dizer muito sobre o papel dos partidos na sociedade. Excluindo a história e a trajetória de uma das maiores ditaduras da América Latina, encontramos apenas um apanhado de números que, caso analisado de modo isolado, poderia facilmente se chegar ao extremo de concluir que a democracia paraguaia goza de boa saúde e alto nível de desenvolvimento institucional.

A institucionalização do sistema partidário paraguaio iniciou-se quando do período autoritário, sobretudo durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). O regime stronista fundiu Estado, caudilho e partido criando uma relação de interdependência que foi alicerçada com o peso do tempo. A saída de Stroessner e a manutenção de seu partido no poder significa que o Partido Colorado estava

extremamente institucionalizado. Tendo como único competidor o Partido Liberal, não por outra razão, o único partido com funcionamento permitido, além do colorado, durante a ditadura.

Podemos, com isso, concluir, assim como destacaram Taylor-Robison (2001) e Randall e Svasand (2002), que nem toda institucionalização de sistemas partidários é democrática, e por consequência nem sempre é salutar. O domínio colorado e liberal não permitiu a chegada de um novo partido que pusesse em risco a hegemonia dos dois partidos mais tradicionais. Este quadro inviabilizou a efetivação da alternância nas esferas eletivas de poder.

A eleição de 2008 do ex-bispo católico Fernando Lugo foi interpretada por alguns analistas como a chegada de um líder carismático que conseguiu romper o espaço da tradição. No entanto, como mostramos anteriormente, o PLRA teve peso decisivo na sua vitória, de modo que não se pode acreditar que Lugo seria eleito se não tivesse recebido apoio de um dos partidos tradicionais. A importância dos liberais para Lugo fica patente quando o parceiro mais tradicional rompeu com a base de governo, após uma crise interna em 2010. Desde então, o presidente do nanico Telojoja contando com apenas três deputados e um senador não conseguiu mais aprovar projetos e tornou-se uma presa fácil para seus adversários. Lugo foi deposto em 2012 por “mau cumprimento de suas funções”.

Este cenário pode evidenciar que sistemas partidários institucionalizados sobre bases autoritárias, criam uma estrutura fechada para novos partidos. Casos como o brasileiro, por exemplo, em que os partidos derivados do autoritarismo romperam o cordão com seu pai criador, oportunizou a chegada de novos partidos competitivos em âmbito nacional. Casos como o do Paraguai, em que houve a institucionalização do sistema durante a ditadura merecem melhor atenção e novos estudos. Análises voltadas para o Institucionalismo histórico como a de Taylor-Robison (2001) são bons exemplos para novos estudos futuros.

Conclusão

A literatura sobre institucionalização de sistemas partidários está baseada na importância que os partidos têm para as novas democracias. Analisando o caso paraguaio, percebemos que sistemas institucionalizados não é exclusividade das democracias mais maduras ou de países desenvolvidos econômica e socialmente. Desse

modo, é possível um sistema ser institucionalizado e não possuir uma democracia competitiva, tendo resquícios perduráveis do autoritarismo. O clientelismo, o personalismo e a corrupção são características que permeiam em maior ou menor grau os países da América Latina, mas que também estão presentes nas “democracias industriais”. A afirmação de que os partidos devem governar não para um grupo exclusivo e sim para “o povo”, dá maior peso para vínculos sociais e estruturais do que para quem tem real acesso às organizações partidárias, como as elites e grupos de interesse.

Por isso, apenas a institucionalização do sistema partidário não é a resposta do baixo nível de democracia encontrado em alguns países do continente. Se por muito tempo foi “questão de bom gosto” ou moda estudar a institucionalização dos partidos, não é pelo fato de ele ter “saído de moda” que suas principais bases deixaram de estar vivas. O modelo sociológico desenvolvido por Huntington deixa de fora elementos cruciais para medir se uma democracia é ou não efetiva. Mesmo por que seu principal compromisso não era com a democracia, mas sim com a estabilidade.

Por isso, mesmo nos estudos mais recentes sobre o tema, a competição entre partidos é menos importante do que a estabilidade proporcionada por organizações institucionalizadas. Além disso, os partidos não são tomados como organizações que evoluirão em um processo ininterrupto. Chegando-se ao “estado da arte” do desenvolvimento, que é o de institucionalização, não haverá nada além do bojador.

Existe uma rica literatura sobre a evolução histórica dos partidos que indica que eles não só estão em evolução permanente como estão sujeitos a alterações quando em contato com o ambiente em que fazem parte. Nesse ambiente importará a forma como o partido obtém recursos para a disputa, a maneira que ele transmite informações para seu eleitorado, os contatos estabelecidos direta ou indiretamente com o Estado. Modelos que buscam “voto ideológico”, “coerência”, “enraizamento na sociedade” não correspondem a real evolução dos partidos nas novas ou nas democracias mais maduras.

Por fim, necessita-se o desenvolvimento de mais estudos que contemplem as dinâmicas históricas ocorridas nas organizações partidárias, além do desenvolvimento de análises com maior espaço para os níveis de competitividade eleitoral. Modelos que tomam os partidos como organizações estáticas não só não correspondem com a realidade, como também pouco acrescenta para um olhar mais profundo sobre partidos políticos da região.

Referências

- ABENTE, Diego. Estabilidad y calidad de la democracia en Paraguay. *América Latina Hoy*, vol. 60, 2012.
- ALCÁNTARA, M. La elite parlamentaria latinoamericana y el continuo izquierda-derecha. In: HOFMEISTER, W.; THESING, J. (ed.). *Transformación de los sistemas políticos en América Latina*. Buenos Aires: Konrad Adenauer, 1995.
- ALMOND, Gabriel & COLEMAN, James S. *The Politics of developing areas*. Princeton University Press, 1960.
- BARNES, S. H. *Representation in Italy: institutionalized tradition and electoral choice*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.
- BIELASIAK, J. The institutionalization of electoral and party systems in postcommunist states. *Comparative Politics*, v. 34, n. 2, p. 189-210, 2002.
- BIELASIAK, J. The institutionalization of electoral and party systems in postcommunist states. *Comparative Politics*, v. 34, n. 2, p. 189-210, 2002.
- CAROTHERS, Thomas. The end of transition paradigm. *Journal of democracy*, vol. 13, num. 1, 2003.
- COPPEDGE, M. The dynamic diversity of latin american party systems. *Party Politics*, v. 4, n.4, p. 547-568, 1998.
- DI PALMA, Giuseppe. *To Craft Democracies: an essay on democratic transition*. University of California Press, 1990.
- DIX, R. Democratization and the institutionalization of latin american political parties. *Comparative Political Studies*, v. 24, n. 1, p. 488-496, 1992.
- DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper and Row, 1957.
- ENELOW, J.; HINICH, M. *The spatial theory of voting: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- FLISFISCH, Ángel. Governabilidad y consolidación democrática: sugerencias para la discusión. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 51, n. 3, 1989.
- HINICH, M.; MUNGER, M. *Ideology and the theory of political choice*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.
- HUNTINGTON, S. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.
- _____. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.
- KAASE, M. Is there personalization in politics? Candidates and voting behavior in Germany. *International Political Science Review*, v. 15, p. 211-230, 1994.
- LINZ, Juan J. Transitions to democracy. *The Washington Quarterly*, vol. 13, 1990.
- LINZ, Juan J. & STEPAN, Alfred. *Problems of democratic transition and consolidation*, The Johns Hopkins University press, 1996
- LIPSET, Seymour Martin. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. *American Political Science Review*. 53 (March): 69-105, 1959.
- LIPSET, Seymor. The social requisites of democracy revisited. *American Sociological Review*, vol. 59, n. 1, 1994.
- MAINWARING, Scott. Rethinking party systems theory in the third wave of democratization: The importance of Party Systems institutionalization, APSA congress, Washington D. C., 1997.
- MAINWARING, S. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.
- _____. Party objectives in contexts of authoritarianism or fragile democracy: a dual game. In: MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (ed.). *Christian democracy in Latin America: electoral competition and regime conflicts*. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Mercado Aberto, 2001.
- MAINWARING, Scott; TOCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda da democratização. *Opinião pública*, campinas, Vol. XI, n. 2, Outubro de 2005, p. 249-286.
- MAINWARING, S.; BRINKS, D.; PÉREZ-LIÑAN, A. Classifying political regimes in Latin America, 1945-1999. *Studies in Comparative International Development*, v. 36, n. 1, p. 37-65, 2001.
- MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. Party systems in Latin America. In: MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (ed.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.
- MELLO, Natália Nobrega de. O desenvolvimento político em Huntington e Fukuyama. *Lua Nova*, São Paulo, n. 80, 2010.

- MONCLAIRE, Stéphane. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados, *revista sociologia e política*, n. 17, nov. 2001.
- MUNCK, Geraldo L. & LEFF, Carol Skalnik. Modos de transição em perspectiva comparada. *Lua Nova*, n. 40/41, 1997.
- O'DONNELL, Guillermo. Uma outra institucionalização: a América Latina e alhures. *Lua Nova*, n. 37, 1996.
- _____, Ilusiones sobre la consolidación. *Nueva Sociedad*, n. 144, 1996, pp. 70-89.
- O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe. Transições do regime autoritário, Vertice, 1988.
- RANDALL, Vickiy. Party institucionalization and its implications for democracy. Political Parties and Democratization, *IPSA Congress*, at Fukuoka, July 9-13 2006.
- RANDALL, Vickiy e SVASAND, Lars. Party institucionalization in new democracies. *Party politics*, vol. 8, n. 1, 2002.
- RECALDE, Liliana Duarte. Variaciones del comportamiento electoral en Paraguay. *América Latina Hoy*, 60, 2012.
- RODRÍGUEZ, José Carlos. Los laberintos de la obediencia: Paraguay de 1954-1989. *Nueva Sociedad*, N. 112, 1991.
- RODRÍGUEZ, José Carlos. Paraguay: mansa transición democrática. *Nueva Sociedad*, 127, 1993.
- RODRÍGUEZ, José Carlos. Paraguay: transición sin alternancia. *Nueva Sociedad*, n. 157, 1998.
- RODRÍGUEZ, José Carlos. El cambio frágil de Paraguay. *Nueva Sociedad*, n. 220, 2009.
- ROLON, José Aparecido. Política e poder no Paraguai. *Cadernos PROLAM/USP* (Ano 9 — Vol. 2 — 2010).
- RUSTOW, Dankwart. Transitions to democracy: toward a dynamic model. *Comparative Politics*, v. 2, n. 3, 1970.
- SANTOS, Eduardo Heleno. Alternância política e coalizão no presidencialismo paraguaio. *Observador On-Line*, v.5, n.09, set. 2010.
- SOLER, Lorena. Viejas estructuras para nuevos actores? Transformaciones del orden político y la democracia en Paraguay (1989-2008). *Concurrencias y Controversias Latinoamericanas*, ALAS, NÚMERO 2, Ano 1, Set. 2009.
- TAYLOR-ROBINSON, Michelle M. Old parties and new democracies: do they bring out the Best in One Another? *Party politics*, vol. 7, n. 5, 2001.
- VALENZUELA, J. Samuel. Democratic consolidation in Post-Transitional settings: notion, process, and facilitating conditions. In: MAINWARING, Scott; O'Donnell, Guillermo & VALENZUELA, Samuel. *Issues in democratic consolidation*, University of Notre Dame Press, 1992.
- VITULLO, Gabriel E. Transitologia e consolidologia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista de sociologia e política*, n. 17, pp. 53-60, 2001.
- WEBB, Paul e WHITE, Stephen. Conceptualizing the institutionalization and performance of political parties in new democracies. In: *Party politics in new democracies*, Oxford Scholarship Online: January 2008.

Anexos:

Anexo 1 – Resultado percentual das eleições legislativas

Partido	1993		1998		2003		2008	
	Deputados	Senado	Deputados	Senado	Deputados	Senado	Deputados	Senado
ANR	43	43,14	53,8	51,7	35,3	32,92	32,95	29,09
PLRA	35,1	34,5			25,7	24,28	28,27	28,95
PRLA- EN ⁹			42,7	42,1				
PRF						0,66		
Encuentro	17,1	17,3						

⁹ Na eleição de 1998 o Partido Liberal Radical Autêntico usou a sigla PLRA-EN, em união com o Encuentro Nacional.

Nacional								
PRL								
PB			0,5	2,3				
PDC						0,2		
PL								
PLRU								
PPS					3,3	4,37		
PPL					1,1	1,04		
PQS					3,3	4,37		3,36
PEN					3,1	2,02		1,18
MPQ					15,3	15,2		
UNACE					14,7	13,65	18,7	19,21
MPT							5,77	8,67
APC							3,65	2,98
PTP							1,74	
P-MAS							1,69	
PH							1,65	
Branços								
Nulos	4,8	5,71	3	3,9	1,5	1,3	5,58	4,47
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel (1999): Sistemas Políticos de América Latina. Madrid: Tecnos y Junta Central Electoral.

Anexo 2 – Evolução das cadeiras na câmara dos deputados

Partido	1993	1998	2003	2008
ANR	38	45	37	30
PLRA	33	26	21	27
Encuentro Nacional	9	7		
PRF				
PB		1		
OS		2		
MPQ			10	
UNACE			10	15
PPQ				3
MPT				1
ADB				1
APC				2
PDP				1
PPS				

Total	80	80	80	80
-------	----	----	----	----

Fonte: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel (1999): Sistemas Políticos de América Latina. Madrid: Tecnos y Junta Central Electoral.